

# Pesquisando com mulheres: ferramentas metodológicas inter(in)ventivas e interseccionais

---

*Conceição Nogueira*

*Ingrid Sampaio de Sousa*

*Larissa Ferreira Nunes*

*Lúcia Maria Bertini*

*João Paulo Pereira Barros*

Discussões sobre gênero não são novidades, pois, ao longo do último século da história da sociedade ocidental, diferentes teorias e/ou movimentos feministas têm problematizado conceitos como mulher, sexualidade e, posteriormente, gênero, para além de questionarem a cultura patriarcal e sexista, buscando igualdade e equidade. Contudo, não podemos universalizar esses ativismos - políticos, teóricos ou da rua - posto que, desde os anos 1970/1980, diferentes perspectivas epistemológicas associadas aos estudos de gênero e, posteriormente, ainda com mais ênfase, teóricas feministas negras, com o conceito de interseccionalidade, têm apresentado discussões pertinentes sobre os essencialismos identitários e categóricos dentro dos movimentos sociais e intelectuais (CARNEIRO, 2003; LIMA, 2018; RIBEIRO, 2018). O feminismo negro é uma corrente teórica, política e prática proposta por mulheres negras que pensam um novo marco civilizatório imbricado ao antirracismo, ao anticapitalismo e ao antisexismo como reformulação da sociedade e, dessa maneira, buscam a ampliação do que é reconhecido por ser humano (LUGONES, 2014; RIBEIRO, 2018). Segundo Akotirene (2018, p. 18), “o projeto feminista negro desde sua fundação trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe, cisheteronormatividades articuladas em nível global.”

Inicialmente incentivadas pelo trabalho de organizações ativistas e acadêmicas, a partir dos anos 1970 e 1980, mulheres feministas e do movimento antirracista realçaram as formas através das quais as abordagens centradas exclusivamente no gênero ou na raça não reconheciam a extensão e alcance das opressões experienciadas por mulheres negras nos Estados Unidos (COLLINS, 2019).

Nas últimas décadas, investigadores/as e profissionais de diferentes áreas disciplinares desenvolveram a teoria/conceito da interseccionalidade para se relacionar com um largo conjunto de assuntos sociais e explorar a natureza interceptante de identidades múltiplas, biografias pessoais e sistemas sociais de poder, em contextos diversos e desafiantes (CARBADO *et al.*, 2013; COLLINS, 2019).

Conforme referem Mays e Ghavami (2018), o uso da interseccionalidade no campo da psicologia cresceu significativamente na última década, particularmente após o artigo de Elizabeth Cole sobre o tema, em 2009, na revista *American Psychologist*. Este interesse recente pela interseccionalidade no campo da psicologia pode sugerir que se trata de uma ideia nova. Contudo, isto está longe de ser verdade. O conceito de interseccionalidade tem uma longa história que atravessa séculos de expressão criativa e ativismo social por e para mulheres negras nos Estados Unidos (COLLINS, 2000; LEWIS; GRZANKA, 2016). Alguns/mas atribuem a Sojourner Truth<sup>12</sup> a delimitação dos princípios da interseccionalidade, nas suas tentativas de chamar a atenção para as formas através das quais os obstáculos ao empoderamento e bem-estar de mulheres negras eram tão diferentes como desproporcionais às experiências de homens negros e mulheres brancas (SALAMI, 2012). Mas é à acadêmica feminista negra do Direito, Kimberlé Williams Crenshaw, a quem é atribuído o crédito por cunhar o termo interseccionalidade. Em artigo emblemático, Crenshaw (1989) discutiu a forma como sistemas interligados de poder, privilégio e desvantagem, na intersecção

---

12 Sojourner Truth é o nome adotado por Isabella Baumfree, mulher americana negra ativista dos direitos das mulheres, do abolicionismo e ex-escrava, nascida no século XVIII. Em discurso memorável, em 1851, na Convenção das Mulheres em Ohio, Truth “materializou um fato que ainda vale a pena repetir: entre negros há mulheres; entre mulheres, há negras”, apontando as falhas do movimentos abolicionistas e feministas, repetindo seu exemplo neste questionamento, quando dizia “Eu não sou uma mulher?” (FALCÃO, QG Feminista, s/d).

de raça e gênero, colocam as mulheres negras numa posição única, quer no sistema legal dos Estados Unidos, quer nas leis antidiscriminação. Criticando acadêmicas feministas e antirracistas pelo seu enfoque nas mulheres brancas como alvos do sexismo, e nos homens negros como alvos do racismo, Crenshaw (2012, p. 383, tradução nossa) defendeu que ao “focarmo-nos nas experiências dos membros mais privilegiados dos grupos subordinados”, invisibilizamos as experiências únicas das mulheres negras. No seu trabalho inovador, Crenshaw (2002) desafiou o “enquadramento de eixo único” dominante na lei antidiscriminação.

A socióloga Patricia Hill Collins (2000) solidificou ainda mais o conceito de interseccionalidade no seu influente livro “Pensamento Feminista Negro”, ao enfatizar a posição única das mulheres negras na “matriz de dominação” - ou as formas complexas e dinâmicas através das quais as formas de opressão se interligam e afirmou que “substituir modelos aditivos de opressão por modelos interligados cria possibilidades para *novos paradigmas*”(COLLINS, 2000, p. 225, grifo da autora).

Esse “novo” olhar se torna ainda mais relevante quando a contextualização histórica local perpassa pela vivência colonial, a qual implica diretamente na dominação estrutural (NOGUEIRA, 2017). Por exemplo, o racismo estrutural no Brasil está imbricado à violência contra a mulher, violência institucional e, também, na base da justiça criminal no país (DAVIS, 2018; BORGES, 2018a). Dessa maneira, a interseccionalidade tem sido utilizada por pesquisadores/as, sobretudo aqueles e aquelas que estudam pessoas e grupos marginais, como uma ferramenta teórica e política para teorizar privilégios e opressões (NOGUEIRA, 2017).

Da mesma forma, algumas pesquisas do Grupo de Pesquisas e Intervenções Sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação da Universidade Federal do Ceará (VIESES/UFC), ligado ao Curso de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, têm utilizado a interseccionalidade como um olhar e forma de orientação em estudos com adolescentes e jovens mulheres cis e trans. Respectivamente, são duas pesquisas de mestrado e uma de doutorado que, de forma geral, são atravessadas por determinados marcadores sociais- a saber raça, classe e gênero, envoltos na violência urbana - e exercitam, cada uma, um olhar interseccional para suas problemáticas, tornando-se essa compreensão matéria deste artigo.

Percebemos que raça, classe e gênero são categorias *master* constituídas e reproduzidas de acordo com o contexto/tempo histórico-social e político que interagem em múltiplos níveis de opressão e privilégio, os quais manifestam-se em desigualdade social (NOGUEIRA, 2017). E, em nossas pesquisas, fazemos uso da interseccionalidade não como uma soma de categorias/marcas identitárias; ao contrário, anseia-nos a problematização do que é criado e experienciado por sujeitos e grupos a partir de colisões simultâneas de estruturas sociais e de relações de poder, saber e ser. Por isso, consideramos fundamental seu uso em pesquisas sobre gênero e violência, retratando em nossos estudos a constatação de que “não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capitalismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado<sup>13</sup> e imperialismo” (AKOTIRENE, 2018, p. 18). Esta relevância se explicita ainda mais no atual contexto necropolítico<sup>14</sup> que o Brasil, sobretudo o estado do Ceará, vivencia (BARROS, 2019).

Antes de avançar para os usos da interseccionalidade nos modos de fazer pesquisa, brevemente apresentamos esse contexto social mortífero para determinadas vidas no Ceará, especificamente adolescentes e jovens mulheres advindas de bairros pobres (CEARÁ, 2019).

Homens e mulheres, sobretudo jovens, negros/as, pobres e moradores/ras de regiões periféricas são hipervisibilizados/as como principais alvos da volúpia punitivo-penal, ao passo que também são as principais vítimas de políticas de criminalização, extermínio e do abandono estatal (LEMONS, 2013). Como destacam Barros *et al.* (2019), três expressões podem ser destacadas na necropolítica à brasileira, tendo o Ceará como emblema: 1. o extermínio e a privação de liberdade de jovens negros; 2. o encarceramento em massa, sobretudo de mulheres, devido às elevadas

---

13 Cisheteropatriarcado é expressão utilizada por Akotirene (2018) e se refere a um neologismo cunhado pela comunidade LGBT nos anos 1980 para apontar que o mundo não se referencia apenas em referências masculinas, mas também heterossexuais e cisnormativas, que estabelecem supremacia e discriminam com bases machistas mulheres e a própria comunidade LGBT, determinando modelos patriarcalistas.

14 Barros *et al.* (2020, p. 3) se referem a um contexto necropolítico a partir da noção introduzida por Mbembe (2017) em que a necropolítica busca “designar uma tecnologia de poder que produz e gerencia a morte, a partir da instrumentalização e destruição material de corpos individuais e populacionais”.

taxas de aprisionamento nos últimos anos; 3. o aumento sistemático do assassinato de adolescentes e jovens mulheres, assim como também da espetacularização em que esses homicídios ocorrem, com tortura, filmagens e compartilhamento dos atos brutais em redes sociais.

Esses dados denunciam a realidade sistemática e violenta a qual determinados corpos estão submetidos, um extermínio da juventude preta, pobre e favelada, que, por sua vez, provoca o aumento de pesquisas sobre o entrecruzar de juventudes, violências e políticas públicas (PAIVA; OLIVEIRA, 2015). No estado do Ceará, a privação de liberdade e o assassinato de adolescentes e jovens mulheres têm reiterado o avanço repentino e repaginado da violência letal aos corpos generificados e enegrecidos, o que acontece, infelizmente, em toda América Latina (CARNEIRO, 2011). Tendo a colonialidade como vetor da violência e da precarização interseccionalizada, o hiperencarceramento, a violência contra mulheres e o assassinato destas, têm ligação direta com o colonialismo europeu que funda a dicotomia do binarismo de gênero, da ficção racial e do que se entende por ser humano (SOUSA *et al.*, no prelo; LUGONES, 2014).

Assim, as três pesquisas do VIESES têm como articulação teórica autores/as da Psicologia Social, em seus diálogos transdisciplinares com perspectivas epistemológicas diversas, pois entendemos que as novas problematizações, sobretudo com vidas hiperprecarizadas, necessitam da transdisciplinaridade teórica para dar conta destes fenômenos psicossociais que requerem debates que articulem questões étnico-raciais, de classe e gênero. Nestes estudos, problematizamos o entrelaçar do generismo e a violência urbana para além do campo privado ou doméstico em que as pesquisas sobre violência contra mulheres geralmente transitam (PASINATO, 2018). Deteremo-nos a essa articulação teórico-analítica e metodológica a seguir.

## **A interseccionalidade como prisma teórico-metodológico e ético na entrevista narrativa**

Neste tópico, temos como proposta de reflexão o uso da interseccionalidade como prisma teórico-metodológico e ético-político na entrevista narrativa como ferramenta para a cartografia de processos de subjetivação de adolescentes e jovens mulheres privadas de liberdade. A cartografia,

como método rizomático de pesquisa-inter(in)venção em psicologia social, sob inspiração dos estudos de Deleuze e Guattari (1995), pode ser entendida como uma proposição estratégica em relação à processualidade dos contextos a serem analisados e de flexível análise crítica e ação micropolítica (PRADO FILHO; TETI, 2013). Por meio de pistas, o/a cartógrafo/a, ao se aproximar do campo de pesquisa, propõe uma escuta atenta e aberta para o reconhecimento do plano coletivo de forças que engendram processos de subjetivação, as singularidades e potenciais criativos desses processos, além de constituir esse próprio caminho de pesquisa processualmente, com método ad-hoc (PASSOS; BARROS, 2015). Não se trata de um método tradicional e rígido, mas sim de um caminho investigativo e interventivo a partir de pistas. Assim sendo, o método cartográfico possibilita resistências epistemológicas, teóricas e políticas a formas hegemônicas e totalizantes de fazer pesquisa ligada à ciência moderna (FOUCAULT; DELEUZE, 1984). Na discussão, apresentamos a interseccionalidade como ferramenta de análise dos processos de precarização, vulnerabilização e de hiper visibilização perversa a que determinados corpos racializados, generificados e pauperizados estão assujeitados nas dinâmicas da violência urbana.

Especificamente, o primeiro estudo a ser relatado trata-se de uma pesquisa de mestrado acadêmico em Psicologia na Universidade Federal do Ceará - UFC, cujo objetivo geral foi analisar os atravessamentos das dinâmicas da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade em uma unidade de medida de internação. As interlocutoras se encontravam em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado no ato das entrevistas, e foram convidadas a compartilhar suas experiências de vida e percepção a respeito de si, da sociedade e das transformações da violência armada na cidade de Fortaleza. Essa escuta foi organizada em cenas-analisadoras de como as trajetórias e cotidianos das adolescências são atravessadas pela violência e como, nessas cenas, articulam-se diferentes marcadores sociais de desigualdade.

Inicialmente, além do marcador racial, duas categorias foram centrais para a formulação do problema da pesquisa: as categorias de gênero e geracional (idade). No entanto, outros dois marcadores sociais e de opressão apareceram nas narrativas, a saber: classe e território. Em geral,

eram adolescentes entre 15 e 18 anos que, em sua maioria, residem em bairros periféricos, nos quais as políticas punitivas e militarizadas são mais presentes do que aquelas garantidoras de direitos básicos (BARROS *et al.*, 2020). Essas categorias estão historicamente subordinadas às formulações sociais de um sistema de cisheteropatriarcado que impede a vivência e o reconhecimento de uma plena cidadania de certos corpos racializados, generificados e periferizados (AKOTIRENE, 2018). Na percepção de Sales (2007), essa cidadania escassa é mais aviltante com as populações infantojuvenis negras e em situação de pobreza. Portanto, entendemos que as categorias sociais são culturalmente (re)construídas e interagem entre si em múltiplos níveis de opressão e privilégios ao longo da história da sociedade (NOGUEIRA, 2017), o que faz da interseccionalidade uma ferramenta teórica, metodológica e ética de pesquisa com grupos historicamente marginalizados.

A interseccionalidade pode ser definida como “um estudo sobre relações de poder, que também inclui experiências que podem ser designadas como ‘abjetas’, ‘pertencentes às margens’ ou ‘dissidentes’” (PLATERO, 2014, p. 82, tradução nossa). Segundo Platero, não existe uma única metodologia interseccionalizada, tampouco o objetivo da interseccionalidade é homogeneizar uma metodologia central, mas “existe um conjunto de ações ou formas de conduzir pesquisas que contribuem para explicar como as diferentes formas de desigualdade são articuladas, em um dado contexto e em um problema social concreto” (PLATERO, 2014, p. 83, tradução nossa).

Como sensibilidade analítica, “visa dar visibilidade teórico-cisheteropatriarcado - a produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2018, p. 14). Essas “avenidas identitárias”, em geral, são invisíveis (CRENSHAW, 2002), por isso a escolha do método da entrevista narrativa sob o prisma interseccional, posto que ela permite abordar analiticamente marcadores sociais de opressões e privilégios presentes nas trajetórias de vida dessas adolescentes a partir de suas falas e experiências. Como postura ética e política, essa abordagem entende que a construção do conhecimento está envolta da produção de subjetividades, por isso, o posicionamento

político deve estar atravessado pelo feminismo descolonial. Neste tipo de feminismo, segundo Pichardo (2014, p. 55, tradução nossa), raça e gênero “foram constituídos envoltos de uma moderna episteme colonial, não somente como simples eixos de diferença, mas são diferenças produzidas pelas opressões, que, por sua vez, produziram o colonialismo e continuam produzindo a colonialidade contemporânea”. Dessa forma, esse feminismo busca resistir à colonialidade epistêmica, de gênero, e à produção de enquadramentos sociopolíticos de “vidas euro antropocentradas” como vidas que importam (LUGONES, 2014).

A entrevista narrativa como ferramenta metodológica foi escolhida por entender que, a partir desse dispositivo, as adolescentes poderiam contar e (re)elaborar mais livremente suas trajetórias, experiências e afetos. Dessa maneira, elas anunciam e denunciam a partir de suas falas os efeitos das políticas de aprisionamento, criminalizantes e, de modo geral, das expressões necropolíticas imbricadas nas dinâmicas da violência urbana (SOUSA *et al.*, 2020). Ressaltamos que as entrevistas feitas com as adolescentes estão intimamente ligadas ao *ethos* cartográfico, da experiência vivida e da experiência ontológica das interlocutoras, visando especialmente a experiência da fala sem deixar de destacar seu poder transformador (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013). Como intervenção, a entrevista sob manejo cartográfico visa acompanhar os instantes de ruptura, os momentos de mudança presentes nas falas das adolescentes e tem um caráter performativo capaz de provocar mudanças no plano coletivo de forças que compõem os processos de subjetivação e de relações de poder-saber (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013).

A potencialidade das narrações de fenômenos psicossociais a partir de falas de adolescentes privadas de liberdade permite acessos às cenas invisibilizadas, silenciadas e esquecidas pela lógica normatizadora (KILOMBA, 2016). Dessa forma, temos o acesso privilegiado de recortes das suas experiências. As cenas-analisadoras apresentam um outro enunciado, um relato não colonizado de vidas enquadradas em abjetos: um traçado de um devir, devir adolescente periférica e sobrevivente. Portanto, formulam conosco uma produção de conhecimento a partir de novos territórios existenciais (SILVA, 2008).



A análise dessas entrevistas ocorreu a partir do método de análise interseccional baseada nos quatro passos proposto por Platero (2014) ao unir a interseccionalidade às teorias *queer*: 1. examinar criticamente as categorias analíticas com as quais interrogam-se problemas sociais; 2. discutir sobre as relações mútuas que ocorrem entre as categorias encontradas na primeira etapa; 3. apresentar a invisibilidade de algumas realidades ou problemas sociais que eram antes inconcebíveis; e 4. incluir uma posição localizada de quem interroga e propõe uma outra realidade.

A intersecção entre gênero, raça, classe, geração e território foi percebida nas narrativas das interlocutoras como marcadores sociais presentes nas suas vidas e como constituintes de suas trajetórias em dinâmicas da violência urbana, o que, de certa maneira, evoca a naturalização dos homicídios e de prisões ao invés de uma realidade adversa ao que foi designado para elas como “futuras bandidas”. Essa intersecção é primordial para entender como certas vidas estão mais vulneráveis e suscetíveis às políticas de extermínio e criminalizantes. Essas categorias são também marcadores sociais que contribuem para o que Butler (2015, 2017) chama de precarização da vida politicamente induzida e do aprisionamento psíquico em envolvidas<sup>15</sup> que, por sua vez, compõem o jogo da objetificação-criminalização-descartabilização, visto que esses corpos feminizados, generificados e periferizados estão desproporcionalmente expostos à violência e a morte, tornando-os vidas ininteligíveis e não passíveis de luto (BUTLER, 2015).

Dessa maneira, as diagramas interconectadas relatadas pelas interlocutoras (re)construíram as inserções territoriais em que as biografias das entrevistadas se constituem (PINHEIRO, 2018); suas narrativas guiaram uma nova dinâmica psicossocial da violência no estado do Ceará e a forma como esse reordenamento, junto com o aumento de políticas

---

15 A narrativa de “envolvimento” é uma categoria nativa que enquadra adolescentes que “supostamente” fazem parte do mercado ilegal de drogas ou de coletivos criminais, conhecidos como facções criminosas. Essa sujeição é feita por uma série de características que engloba a relação entre raça, classe, gênero e local de moradia do jovem. Inicialmente, essa narrativa foi popularizada pelas grandes mídias jornalísticas ao apresentarem matérias sobre morte ou encarceramento de adolescentes e jovens no Ceará com falas de agentes de segurança pública justificando essas mortes ou aprisionamentos devido ao “envolvimento”. Para mais detalhes, ler “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática de homicídios de jovens em Fortaleza”, de Barros *et al.*, 2020.

penais punitivas, atravessam suas trajetórias. Sobretudo com a produção de adolescências desiguais por vias interseccionais, determinadas adolescentes têm suas trajetórias hipervulnerabilizadas, criminalizadas e - induzidamente - vivem em situações mais precarizadas nas malhas do necro-neoliberalismo (VALENCIA, 2018). Uma análise crítica das políticas de segurança no estado possibilita enxergar que o populismo penal não apenas possibilitou o surgimento das facções criminosas no interior dos presídios na região Sudeste, como também fortaleceu e ampliou esses coletivos em outros estados. Enquanto aumentava os recursos financeiros em políticas militarizadas, o Estado retirava ou diminuía recursos públicos para políticas garantidoras de direitos: a necropolítica à brasileira (BARROS, 2019).

Estrategicamente, essas mudanças são justificadas a partir da retórica da crise da segurança pública como forma de manutenção do estado de exceção e de sítio permanente (MBEMBE, 2017) como modelo de política das sociedades (necro)neoliberais (COMITÊ INVISÍVEL, 2018). Trata-se de uma racionalidade necropolítica que tem nas ‘guerras’ informais e contemporâneas seu acionamento bélico (MBEMBE, 2017). Define-se necropolítica como uma tecnologia de poder de gestão da vida e produção da morte em larga escala (MBEMBE, 2017) de corpos marcados pela intersecção de opressões, subordinações, vulnerabilidades e precarizações psicossociais e induzidas (SOUSA *et al.*, 2020). Portanto, o prisma interseccional permitiu enxergar a existência de matrizes de poder que estruturam o racismo de bases coloniais atualizadas nas expressões necropolíticas cearenses, a saber: 1. criminalização a partir da narrativa de “envolvida”, bem como a banalização de sua morte; 2. a precarização dos corpos generificados, perifерizados e enegrecidos; 3. a militarização da vida e de políticas de segurança pública em detrimento da descartabilidade de certos corpos racializados, feminizados e desumanizados.

O uso da interseccionalidade como análise teórico-metodológico e analítica possibilitou a percepção da disparidade entre os níveis de opressões, bem como a diferença na produção de uma adolescência desigual marcada pelo abandono estatal e envolta em uma produção discursiva naturalizante da violência urbana. As cenas narradas pelas adolescentes revelaram vivências singulares da violência urbana, sujeitando-as às

formas de opressão e discriminação advindas do contexto em que estão inseridas, fazendo que estas jovens naturalizem a presença do tráfico de drogas, de assassinatos e dos conflitos territoriais ocasionados por organizações criminosas comoparte do seus cotidianos. Dessa maneira, foi possível ainda perceber as expressões necropolíticas atravessadas aos cotidianos delas, seja por políticas de criminalização, de encarceramento ou de extermínio, produzidas ou não pelo Estado. Por fim, a interseccionalidade foi tomada não somente como um olhar diferenciado, mas como uma ferramenta de análise política, pois, como recomenda Ribeiro (2018), é necessário um olhar interseccional para reconhecer que as políticas públicas devem ser pensadas a partir da precarização maximizada que determinados corpos (racializados, feminizados e desumanizados) vivenciam, de forma a alargar o reconhecimento de humanidade.

Conclui-se que a entrevista narrativa sob o olhar interseccional não se refere a uma representação do sujeito que narra, tampouco de um relatório definitivo e exaustivo, mas uma participação fundamental acerca da compreensão social a partir da experiência das interlocutoras. A narrativa torna-se um dispositivo em que cenas anunciam diferentes níveis de diferença, produções de subjetividades e revelam o agenciamento de opressões e privilégios no reconhecimento de humanidade desigual. Essas adolescentes compõem novos campos epistêmicos e existenciais junto às demais pesquisas do VIESES.

## **Análise do discurso jornalístico: a interseccionalidade como lente política**

Propomos aqui uma discussão acerca do uso da interseccionalidade como uma sensibilidade analítico-teórica (AKOTIRENE, 2018) que nos ajuda na análise de notícias de jornais *online* regionais que tratam do aumento do número de morte de mulheres em Fortaleza nos últimos anos, a partir de um *ethos* cartográfico. Assim como já apontado, a pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos e tem como objetivo operar no coletivo de forças onde o objeto da pesquisa encontra-se conectado (BARROS; KASTRUP, 2015). Neste caso, apostamos na cartografia para realizar uma análise psicossocial da problemática

da morte de mulheres, acompanhando, em diálogo com mulheres, como essa rede de forças vem se produzindo a fim de fomentar condições para a morte de mulheres e como podemos incidir sobre ela.

Essas reflexões derivam de uma pesquisa de mestrado cujo objetivo geral foi analisar processos psicossociais relativos à problemática da morte das mulheres nas dinâmicas da violência urbana na cidade de Fortaleza, sob a perspectiva de mulheres integrantes de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil que têm pautado o assunto na capital cearense. Os aspectos que desencadearam a pesquisa foram um aumento exacerbado dos índices de morte de mulheres, especialmente adolescentes, em Fortaleza e a falta de comoção social acerca de tais mortes, assim como uma multiplicação de discursos criminalizantes em torno das mulheres que foram mortas.

Portanto, nesse caso, a leitura e análise de reportagens são parte dessa pesquisa e nos ajudam a mapear as justificativas hegemônicas em torno do aumento do número de morte de mulheres no Ceará e, especificamente, em Fortaleza. Entrevistas semi-estruturadas com integrantes de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil, assim como o registro em diário de campo de atos, movimentações políticas e espaços abertos, cujas temáticas giram em torno da morte e violência contra as mulheres, também nos ajudam a compor o plano coletivo de forças que se tece em torno da temática.

Deste modo, a dissertação fez uso da interseccionalidade como categoria política e basilar para entendermos o papel do capitalismo e do colonialismo modernos na produção de nossas próprias experiências e, portanto, na produção de como vemos e experienciamos o mundo (SANTOS; MENESES, 2009). Nesse sentido, a interseccionalidade também nos permite pensar nos arranjos e (re)arranjos dos planos de força que constituem a vida social e os marcadores de diferença ligados às formas de dominação (PUAR, 2013; LIMA, 2018), permitindo-nos refletir sobre como esses (re)arranjos vêm afetando/construindo a vida das mulheres. Portanto, o uso político que se faz da interseccionalidade nesta pesquisa exige uma tomada de posição ética e política frente à violência contra as mulheres e o comprometimento em produzir desnaturalizações de modos de ser e estar no mundo. No que diz respeito a esta dissertação,

trataremos aqui somente dos aspectos relacionados a interseccionalidade, o que pode ser uma chave de análise na leitura de reportagens que versam sobre a morte de mulheres em Fortaleza.

De modo geral, a partir de um olhar sobre determinadas reportagens jornalísticas regionais, o que se tem percebido nos discursos das grandes mídias e dos agentes de segurança pública, a respeito do crescimento exacerbado do número de morte de mulheres - em especial as mulheres jovens - nas dinâmicas da violência urbana, é a suposição de que essas mortes nada têm a ver com o fato de que suas vítimas são mulheres, mas que sua única causa seria a suposição de um maior envolvimento dessas mulheres com grupos que disputam o mercado ilegal de drogas e armas na cidade (BORGES, 2018b).

Tem-se posto em operação uma reordenação da criminalidade do Ceará (PAIVA, 2019) e, em especial, em Fortaleza, cujos efeitos têm afetado de forma mais intensificada o cotidiano e a vida das mulheres. Como esse é um fenômeno relativamente recente, as informações e reflexões encontradas são menos de pesquisas acadêmicas e mais de plataformas *online* e jornalísticas. Algumas notícias de jornais ajudam-nos a visualizar como essa reordenação vem afetando a vida das mulheres: “Mulheres torturadas e executadas em mangue foram filmadas antes de morrerem” (O POVO, 2018); “Mulheres foram decapitadas no Ceará por ordem de chefe de facção, diz polícia” (G1 CE, 2018); “Vítimas são filmadas durante execução com tortura e decapitação no Ceará” (O DIA, 2018); “Membros de facção torturam mulheres e decepam dedos de homem em Quixeramobim” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2018); “Três mulheres são torturadas, mortas e decapitadas em Fortaleza” (CARMEN POMPEU, 2018); “Em 10 anos, 2,3 mil mulheres foram mortas no Ceará aponta pesquisa” (JÉSSICA SISNANDO, 2019); “Ceará foi o segundo estado onde mais se matou mulheres em 2018” (NICOLAS PAULINO, 2019); “Vídeos comprovam participação de acusados de torturar e matar três mulheres, diz promotora” (REDAÇÃO, 2019); “Mulher é sequestrada, mantida em cativeiro e torturada por integrantes de facção criminosa” (TRIBUNA DO CEARÁ, 2019).

Especificamente, o caso das três mulheres que foram torturadas e decapitadas em meio às disputas faccionais ganhou notoriedade nacional

e internacional, apontando um cenário de diferença de mortes entre homens e mulheres nessas dinâmicas, onde não podemos desconsiderar o caráter misógino das mortes das mulheres, ao apresentarem tamanha tortura e brutalidade. Apesar das notícias não fazerem menção a quem são essas mulheres que estão morrendo cada vez mais, os últimos relatórios realizados pelo Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência indicam que a maioria das mulheres que estão morrendo nas dinâmicas da violência urbana na cidade são adolescentes e moradoras das regiões periféricas da cidade (CCPHA, 2019).

A partir do prisma da interseccionalidade, e entendendo as dessimetrias das relações de poder no que diz respeito aos marcadores de diferença, consideramos de extrema importância perceber como a violência na cidade vem cercado determinados corpos em detrimento do bem estar de outros (BUTLER, 2015). Um dos efeitos desse reordenamento da violência urbana na cidade é exatamente a criação de uma estética da crueldade que recai em certos corpos feminizados que também são periferizados e racializados, permitindo-nos concluir que a violência urbana não acessa todas as mulheres da mesma forma, havendo, portanto, aquelas que estão mais vulneráveis - seja pela hipermasculinização performatizada nas facções (RIBEIRO, 2019), seja pela ausência estatal no que se refere a direitos mínimos e políticas públicas efetivas nas periferias da cidade (SOUSA *et al.*, no prelo).

Dessa forma, os estudos sobre interseccionalidade nos ajudam a problematizar não só porquê essas mortes não têm sido passíveis de ampla comoção pública, assim como pensar por que a justificativa que se dá em relação a elas é a criminalização das mulheres que morreram. A ampliação dessa crítica e outras problematizações serão melhor trabalhadas na dissertação, no entanto, explicitamos a importância de categorias como a interseccionalidade para a construção de análises que não culpabilizam ou criminalizam as mulheres pelas suas próprias mortes. Por fim, a análise dessas reportagens ajudou a problematizar como se dá a intersecção entre diferentes marcadores sociais, tais quais raça, gênero e classe, articulando-os a determinadas regiões da cidade onde encontramos enclaves de guerra.

## **Privação de liberdade e a experiência de um comitê de Monitoramento: interseccionalidade e o dispositivo do diário de campo**

Os encontros do Comitê Estadual de Monitoramento da Política Nacional para Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional no Estado do Ceará ainda não haviam acontecido quando chegamos no órgão executivo de justiça em 2015. Desde 2013 previstos em Portaria, somente em 2016 foram alvo de negociações entre a gestão superior, o órgão local de execução penal e o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, que vinha acompanhar de perto a rodada de audiências públicas que estavam sendo desenvolvidas ao longo de 2015 e 2016 para constituir a Lei de Execução Penal Estadual, debatendo os principais temas que envolvem o sistema prisional. Nesta ocasião, pactuamos, gestão local e DEPEN, reativar o Comitê<sup>16</sup>, envolvendo o poder executivo e a sociedade civil, mulheres egressas do sistema prisional, além das próprias privadas de liberdade.

Obtendo a adesão da direção da unidade prisional, que aos poucos foi ficando mais à vontade com a presença e opiniões do Comitê, ocorreram encontros bimensais em 2016 e 2017. Em abril de 2017, realizamos um seminário de planejamento para constituir o Plano Estadual para Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional no Estado do Ceará dentro da unidade prisional feminina, com o acompanhamento de representantes dos órgãos de gestão da justiça, da política para mulheres, da saúde e da educação, e de agentes prisionais e da sociedade civil. Neste processo, foram dados os passos iniciais de uma pesquisa de doutorado voltada à análise do dispositivo do monitoramento eletrônico de mulheres. O acompanhamento do Comitê contou com o uso do

---

16 Em 2016, a partir de Termo de Compromisso firmado pelo gestor da SEJUS/CE à época, na presença de representante do Departamento Nacional Penitenciário - DEPEN e da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres do Gabinete do Governador do Ceará, durante Seminário sobre o tema das Mulheres Privadas de Liberdade, em 22 de julho, retomou-se o funcionamento do Comitê, ampliando sua composição e reafirmando a importância da articulação com o DEPEN, com a tarefa de atualizar a política estadual e compor Plano de ação compatível com a realidade atual e com os objetivos da política nacional. No entanto, a publicação da nova Portaria e do Plano não chegaram a ocorrer, embora tenha sido enviado ao DEPEN o Plano desenvolvido.

dispositivo dos diários de campo, que buscaram registrar e (re)elaborar intensidades expressas em narrativas daquela convivência, buscando conexões com os sentidos da política em avaliação – as possibilidades de viver melhor, com dignidade, naquele local.

Os diários permitiram à pesquisadora a produção de narrativas implicadas sobre o processo de avaliação e planejamento, com aproximações e afastamentos sucessivos do que era a realidade local, tencionando as posições de gestão presentes, quando foram suspensas as regras disciplinares com o pacto do funcionamento do colegiado, ao menos enquanto durou a experiência relatada. O campo relata o ingresso no presídio feminino:

Chegamos cedo naquele dia de planejamento e tudo já estava preparado. Hora marcada, com tempo limite. Teria que ser rápido. Ficaríamos para almoçar lá. Sol quente na parte de fora e dificuldade na entrada. Documentos postos, a cada vez explicar quem era cada uma e de onde, e o que queríamos ali. Eu era da mesma secretaria das agentes<sup>17</sup>, mas este tratamento mecânico foi o mesmo relatado por familiares, quando se referindo a visitas nas unidades. A identificação era através de apresentação de documento e revista (eletrônica, com o *body scanner*). Mas a anotação destes dados era feita em folhas soltas e meio amassadas, disformes, em qualquer pedaço de papel encontrado por ali, dando a impressão de que ao passarmos as agentes descartariam esta informação escrita, que não seria usada para nada.

A prática de constituir diários de campo, ao mesmo tempo que permite explorar a situação com uma transversalidade multirreferenciada, desinibindo as análises e as reflexões necessárias na pesquisa em pauta, qualitativamente, também nos remete a constatar os processos psicossociais e as vulnerabilidades postas nas situações registradas. Neste caso, a realidade das mulheres privadas de liberdade, com altos percentuais de jovens, negras e pobres, caracteriza o que Carvalho (2015) chama de seletividade racial, tomando-se aqui a interseccionalidade como um atravessamento e política possível ao debate e ao estudo dos feminismos

---

17 Na Secretaria da Justiça do Ceará existiam duas estruturas distintas sob a responsabilidade do gabinete do Secretário: A Coordenadoria Prisional e a Coordenadoria da Cidadania.



e das desigualdades geradas pelo racismo, patriarcalismo e opressão de classe (BORGES, 2018a), que se acentuam dentro de ambientes de privação de liberdade. Nas palavras de Davis (2018, p. 27), com o racismo entranhado no sistema - a ‘reencarnação da escravidão’: “a prisão revela formas solidificadas de racismo contra negros que operam de forma clandestina”.

Além disso, a violação de direitos das mulheres nas prisões “sinaliza os rastros de uma sociedade classista e racista, permeada por rituais históricos de violência e humilhação dessa parcela da população” (LIMA, 2017, p. 6). Se, por um lado, o número de mulheres privadas de liberdade é relativamente menor que o de homens, por outro, temos que o crescimento desse encarceramento é muito maior, comparativamente aos dos homens, ainda que as regras de Bangkok (BRASIL, 2010a) prevejam a adoção preferencial de medidas não privativas de liberdade para mulheres que cometem crime. Neste processo, mulheres são duplamente vitimizadas – supostamente não se adaptaram à vida do lar designada a ela, e aparecem ainda como detentoras de um distúrbio moral, perverso na desonestidade ou loucura de um crime, tornando-se alvo ainda mais fácil do encarceramento, e lá, do descaso, já que não são previstas as mínimas condições de adequação às suas necessidades específicas, como as demandas de produtos de higiene, além da fragilidade dos laços afetivos, posto que são frequentemente abandonadas por amigos, maridos e família quando presas, recebendo poucas visitas.

A articulação entre classe social, racismo e gênero permite melhor abordar a situação das mulheres privadas de liberdade, introduzindo-se uma perspectiva interseccional, conforme referido por Borges (2018a), que afirma que as opressões ocorrem de forma diferenciada entre mulheres brancas, indígenas e negras há muito tempo: nas prisões, 65% da população de mulheres presas são negras, muito jovens, com vivências de violência e abuso doméstico-sexual, muitas vezes já com condições de vida precárias, em um claro legado de opressão. Mais um recorte do diário de campo deste período aponta a atualidade do texto e da análise: tratamento diferenciado e abusivo; explicitada a opressão que se compreende na interseccionalidade, no cotidiano, sendo indiferente a posição de presa ou liberta; mulheres negras, discriminadas:

[...]Chegaram até o local da reunião as representantes da ONG que faltava, todas sem brincos e colares, causando estranhamento em uma e outra participante, depois soubemos por comentários. Elas relataram ao final que haviam sido obrigadas a retirar seus brincos e colares. Para poder entrar. Todas negras. Na saída, depois deste episódio, uma agente penitenciária me parou. Recomendou que eu deixasse de vir com acessórios muito exuberantes, se não teria que retirá-los, também. Eu, branca, em companhia da direção, tinha podido entrar com acessórios.

O racismo é elemento estruturante da sociedade brasileira, perverso por si só, mas no sistema discriminatório se compõe com outros eixos, criando opressões ainda mais potentes, suplantando as dificuldades da discriminação oriunda da raça, imbricando-se com o gênero e outras categorias, social e culturalmente construídas, desdobrando-se em dominação, subordinação e desigualdade (NOGUEIRA, 2017). Autoras feministas como Carneiro (2003), Saffioti (2004) e Butler (2017) apontam este arranjo que compõe a violência sobre a vida das mulheres, caracterizando os já reconhecidos marcadores sociais que condicionam a subordinação e a criminalização das mulheres no sistema prisional.

Finalmente, retomamos a propriedade do uso do diário de campo como um instrumento fundamental da pesquisa, de aproximação efetiva com o campo e detalhamento do observado em suas sutilezas, em que as reflexões decorrem de uma vivência, de uma experiência vivida, estratégia crítica que compõe este dispositivo para descrever relações e trajetórias (PRADO FILHO; TETI, 2003) na aventura da descoberta da perspectiva interseccional no contexto prisional de mulheres.

## **Considerações finais**

Enquanto estratégia política, a interseccionalidade nos ajudou nestes percursos a perceber que os marcadores sociais de opressão e diferenças não operam de forma isolada, mas sim imbricados - de forma que sua separação é impossível (HOOKS, 2018). É preciso entender, no entanto, que a produção de desigualdade social não atinge apenas os chamados “objetos de pesquisa”, mas também a produção de conhecimento em si

mesma (SPIVAK, 2010). O uso da interseccionalidade como categoria analítico-teórica, além de possibilitar a descoberta de novas metodologias em forma de análise, em que nós pesquisadoras também nos implicamos, possibilitou pensar no desdobramento ético das pesquisas, ao perguntar a nós mesmas: a quem nossas pesquisas servem? E quem pode se servir delas?

Para dar conta do campo complexo e ainda pouco explorado que são pesquisas cartográficas com mulheres no contexto da violência urbana, as três pesquisas aqui apresentadas utilizaram a cartografia como método de pesquisa-interventiva, tendo a interseccionalidade como uma sensibilidade política, teórica e analítica. Marcando ora a hipersexualização dos corpos negros, ora a invisibilização destas mulheres, pontuando a superação de uma cultura ainda predominantemente patriarcal e racista. Utilizando dos apontamentos, sobretudo, de feministas negras, foi possível perceber os marcadores sociais que re-produzem sujeitos desiguais e, por consequência, colocam em evidência essas produções.

Tal postura interseccional surgiu, também, como um cuidado para com quem se dispõe a participar e compartilhar suas lutas e trajetórias. E aproximou uma formulação de compromisso ético, na direção da igualdade de gênero, de direitos e da democracia, na perspectiva de um novo marco civilizatório, tendo o antirracismo, o anticapitalismo e o antissexismo como possíveis formulações sociais. Neste caminho, a interseccionalidade nos ajudou a des-universalizar o ser adolescente/jovem e o que é ser mulher para além de enquadramentos e nos aproximou de uma postura ética e uma práxis em fazer pesquisa e “re-fazer-se” como pesquisadoras e profissionais da Psicologia.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018. Coleção Feminismos Plurais - Coordenação de Djamila Ribeiro

BARROS, João Paulo Pereira *et al.* Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Revista de Psicologia Política**, 2020. No prelo.

BARROS, Laura Posana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras**. 1. ed. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016a.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento Anual Sinase 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018b. Disponível em: [http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento\\_2016Final.pdf](http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf). Acesso em: 31 maio 2018.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018a. Coleção Feminismos Plurais - Coordenação de Djamila Ribeiro.

BORGES, Messias. Número de adolescentes mortas mais que quadruplica no Ceará. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 nov. 2018b. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/numero-de-adolescentes-mortas-mais-que-quadruplica-na-capital-1.2002881>> Acesso em: 25 jan. 2019.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2017.

\_\_\_\_\_. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARBADO, Devon W.; CRENSHAW, Kimberlé Williams; MAYS, Vickie M.; TOMLINSON, Barbara. Intersectionality: mapping the movements of a theory. **Du Bois Review**, n. 10, p. 303-312, 2013.

CARMEN POMPEU. **Três mulheres são torturadas, mortas e decapitadas em Fortaleza**. O Estado. Fortaleza, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,tres-mulheres-sao-torturadas-mortas-e-decapitadas-em-fortaleza,70002217817&tgt;>. Acesso em: 08 jun. 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

\_\_\_\_\_. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Geledés: Instituto da Mulher Negra. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

CARVALHO, Salo de. **Crítica à Execução Penal: doutrina, jurisprudência e projetos legislativos**. Rio de Janeiro: Lumens, 2002.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA - CCPHA, **Cada vida importa: relatório do segundo semestre de 2018**

do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2019. Disponível em: [http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCPHA-RELATORIO-2018\\_2.pdf](http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCPHA-RELATORIO-2018_2.pdf). Acesso em: 31 maio 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Gender feminism and Black political economy. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 568, p. 41-53, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0002716200568001005>. Acesso em: 7 nov. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. São Paulo: N-1, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989.

\_\_\_\_\_. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

\_\_\_\_\_. Cartografiando los márgenes: interseccionalidad, políticas identitarias, y violencia contra las mujeres de color. In: MÉNDEZ, Lucas Platero. **Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada** (Temas contemporáneos). Barcelona-Espanã: Edicions bellettera. 2012. p. 81-122.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: DIFEL, 2018.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995. Coleção TRANS. (1)

DIÁRIO DO NORDESTE. Editor. Membros de facção torturam mulheres e decepam dedos de homem em Quixeramobim. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 jan. 2018. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/sertao-central/policia/membros-de-facao-torturam-mulheres-e-decepam-dedos-de-homem-em-quixeramobim/58177>. Acesso em: 8 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. Organização e tradução de MACHADO, R.

G1 CE. Mulheres foram decapitadas no Ceará por ordem de chefe de facção, diz polícia. **G1 CE**. 15 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com>

com/ce/ceara/noticia/mulheres-foram-decapitadas-no-ceara-por-ordem-de-chefe-de-facao-diz-policia.ghtml. Acesso em: 08 jun. 2019.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JÉSSIKA SISNANDO. Em 10 anos, 2,3 mulheres foram mortas no Ceará aponta pesquisa. O Povo. Fortaleza, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/06/05/em-10-anos--2-3-mil-mulheres-foram-mortas-no-ceara--aponta-pesquisa.html>. Acesso em: 08 jun. 2019.

KILOMBA, Grada. A máscara. **Cadernos de literatura em tradução**, n. 16, p. 171-180, 2016.

LEWIS, Jioni; GRZANKA, Patrick. Applying intersectionality theory to research on perceived racism. In: ALVAREZ, Alvin. N.; LIANG, Christopher. T. H; NEVILLE, Helen A. (Orgs.). **The cost of racism for people of color**: contextualizing experiences of discriminations. American Psychological Association, 2016. p. 31-54. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/14852-003>.

LIMA, Fátima. Dossiê Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Caderno de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, abr./jun. 2018.

LIMA, Raquel da Cruz. **Mulheres em prisão**: desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres. Rio de Janeiro: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC, 2017.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MAYS, Vickie M.; GHAVAMI, Negin. History, aspirations and transformations of intersectionality: focusing oh gender. In: TRAVIS, C. B.; WHITE, J. W.; RUTHERFORD, A.; WILLIAMS, W. S.; COOK, L. S.; WYCHE, K. F. (Orgs.) **APA handbook of the psychology of women**: history, theory ano battlegrounds. American Psychology Association, p. 541-566. APA handbooks in psychology series. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/0000059-028>. Acesso em: 07 nov. 2019.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona. 2017.

NICOLAS PAULINO. Ceará foi o segundo estado onde mais se matou mulheres em 2018. G1 CE. 8 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/noticia/2019/03/08/ceara-foi-o-segundo-estado-onde-mais-se-matou-mulheres-em-2018.ghtml>. Acesso em: 08 jun. 2019.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Editora Devires. 2017.

**O DIA**. Vítimas são filmadas durante execução com tortura e decapitação no Ceará. O Dia. Fortaleza, 8 mar. 2018. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/brasil/2018/03/5520333-vitimas-sao-filmadas-durante-execucao-com-tortura-e-decapitacao-no-ceara.html#foto=1>. Acesso em: 08 jun. 2019.

O POVO. Mulheres torturadas e executadas em mangue foram filmadas antes de morrerem. **O Povo**. Fortaleza, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/caucaia/2018/03/mulheres-torturadas-em-mangue-foram-filmadas-antes-de-morrem.html>. Acesso em 08 jun. 2019.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. “AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno C R H**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, jan./abr., 2019.

PASINATO, Wânia. **A chacina de Cajazeiras e o silêncio sobre a morte violenta de mulheres, por Wânia Pasinato. 2018., Geledés Instituto da Mulher Negra**. 01 fev. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/chacina-de-cajazeiras-e-o-silencio-sobre-morte-violenta-de-mulheres-por-wania-pasinato/>. Acesso em: 02 fev. 2018.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A. Pista 1: A cartografia como método de pesquisa- intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17-31.

PINHEIRO, Jessica Pascoalino. Juventudes e violência urbana: trajetórias de sujeitos em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Fortaleza. 2018. 231 f., il. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PLATERO, Raquel (LUCAS). ¿Es el análisis interseccional una metodología feminista y queer? In: AZKUE, I. M. *et al.* (Eds.). **Otras formas de (re)conocer: reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista**. Bilbao-Espanha: UPV/Hegoa, 2014.

PRADO FILHO, Kleber.; TETI, Marcela Montalvao. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, 2013.

PUAR, Jasbir. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 343-370, 2013.

REDAÇÃO. Vídeos comprovam participação de acusados de torturar e matar três mulheres, diz promotora. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 fev. 2019. Disponível em:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/videos-comprovam-participacao-de-acusados-de-torturar-e-matar-tres-mulheres-diz-promotora-1.2068842>. Acesso em: 8 jun. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Dillyane. As meninas e a necropolítica no Ceará. **Justificando**. 16 janeiro 2019. Disponível em <http://www.justificando.com/2019/01/16/as-meninas-e-a-necropolitica-no-ceara/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

SALAMI, Minna. **Why you need to know about intersectionality**. 2012. Disponível em: <http://www.msafropolitan.com/2012/11/intersectionality.html>. Acesso em: 7 nov. 2019.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Rosane Neves. Ética e paradigmas na Psicologia Social: Ética e paradigmas: desafios da psicologia social contemporânea. In: PLONER, K. S. *et al.* (Orgs). **Ética e paradigmas na psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 39-45. ISBN: 978-85-99662- 85-4. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

SOUSA, Ingrid Sampaio *et al.* Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. **Revista de Psicologia**, 2020, no prelo.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Viera. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 299-322, 2013.

TRIBUNA DO CEARÁ. Mulher é sequestrada, mantida em cativeiro e torturada por integrantes de facção criminosa. **Tribuna do Ceará**. Fortaleza, 23 fev. 2019. Disponível em: <https://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/mulher-e-sequestrada-mantida-em-cativeiro-e-torturada-por-membros-de-facao-criminosa/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

VALENCIA, Sayak. El Transfeminismo no es un Generismo. **Pléyade**, n. 22, p. 27-43, 2018.